



## O surgimento da escravidão: notas críticas sobre um modelo biossociológico de explicação histórica

José Henrique Rollo

Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brazil. E-mail: [zrollo@uol.com.br](mailto:zrollo@uol.com.br)

**RESUMO.** Entre as diversas explicações dadas nos últimos dois séculos para as origens da escravidão encontra-se a ideia de uma correlação lógica e histórica entre evolução dos meios de obtenção de alimentos e abandono do consumo antropofágico dos prisioneiros de guerra: ao disporem de maiores recursos proteicos, os vencedores optaram por não mais matar os vencidos, mas usá-los como escravos. Nas décadas de 1950 e 1960, o economista francês Maurice Lengellé escreveu diversos textos (alguns com Michel Cepède) nos quais apresentou uma interpretação biossociológica dessa ideia, a partir de uma distinção entre escravidão 'simbiótica' e escravidão propriamente dita (ou 'parasitária'). Este artigo resume suas teses e as encaixa no âmbito mais amplo da história das concepções antropológicas e sociológicas modernas da escravidão.

**Palavras-chave:** escravidão, história das ideias antropológicas, história das ideias sociológicas, biossociologia.

### The emergence of slavery: critical notes on a bio-sociological model of historical explanation

**ABSTRACT.** One of the various explanations for the origins of slavery proposed in the last two centuries is that there exists a logical and historical co-relation between the evolution of the means to obtain food and the discarding of the anthropophagic consumption of prisoners of war. Since the victors disposed of more protein resources, they decided not to kill the vanquished ones but use them as slaves. During the 1950s and the 1960s, the French economist Maurice Lengellé wrote a series of articles (some with Michel Cepède) to present a bio-sociological interpretation of this idea. He supported his thesis by making a distinction between 'symbiotic' slavery and slavery proper (or 'parasitic' slavery). Current essay synthesizes his main ideas and inserts them within a wider set of contemporary anthropological and sociological conceptions on the origins of slavery.

**Keywords:** slavery, history of anthropological ideas, history of sociological ideas, bio-sociology.

#### Introdução

Quando foi que os homens passaram a reduzir homens e mulheres à condição escrava? Desde a Antiguidade, essas perguntas receberam as mais diversas respostas, estribadas em diferentes doutrinas a respeito da natureza humana e nas mais variadas cronologias (DRESCHER, 2003). Nos últimos 150 anos, popularizou-se no Mundo Ocidental um esquema explicativo que uma conhecida enciclopédia espanhola resumiu da seguinte maneira:

[...] a causa originária na ordem histórica foi a guerra. Era princípio unanimemente admitido o de que se podia tirar a vida do inimigo vencido e, primitivamente, não se deixou de arrancá-la; mas não se deve ter demorado muito a compreender que, se o vencedor podia tirar a vida do vencido, também podia conservá-lo para seu serviço [...], sem prejuízo do direito de matá-lo quando lhe conviesse e,

portanto, também aos homens que dele nascessem (ESPASA-CALPE, 1958, p. 726).

Não vem ao caso, neste momento, saber quando exatamente essa maneira de explicar a origem da escravidão foi elaborada e posta em circulação. Para os fins deste artigo, basta notar que foram poucos os eruditos, entre a segunda metade do século XIX e meados do século XX, que não aceitaram seus termos gerais. Eles também acreditavam que as sociedades primitivas, inclusive as que estiveram na remota origem dos povos do Ocidente, foram miseráveis e brutais, expostas permanentemente à fome, às feras, às mais diversas moléstias e aos flagelos das guerras. Daí duas conclusões compartilhadas por muitos deles: (a) naquela situação era praticamente impossível desenvolver quaisquer padrões morais consistentes e minimamente compatíveis com os que caracterizam a vida nas civilizações; (b) entre os métodos pré-

históricos de obtenção de comida estava a antropofagia, que seria uma das principais causas das permanentes guerras entre os selvagens (VALERI, 1989).

Essas ideias foram pouco contestadas até a década de 1960. Para muitos, elas eram confirmadas pelo que, a seu ver, era feito pelos povos primitivos que chegaram aos tempos modernos. De acordo com uma premissa bastante espalhada, estes eram muito semelhantes aos ancestrais paleolíticos da Humanidade. Por isso, facultavam a ‘analogia etnográfica’, permitindo que traços observáveis no presente, ou em um passado recente, pudessem ser extrapolados para épocas remotas. (BERNARDI, 1978). Foi com base nessa premissa que os autores de um manual soviético de história da Antiguidade publicado originalmente em fins da década de 1950, evocaram os ‘peles vermelhas norte-americanos’ do século XIX para reforçarem sua pintura dos tempos pré-históricos. Entre os indígenas, eles disseram,

[...] o escravo era privado dos seus direitos e a sua vida não tinha nenhum valor. Faziam-se hecatombes com eles nos funerais dos chefes. O oficial da marinha russo G. Davydov, que viveu no Alasca no início do século XIX, conta que, durante estas cerimônias fúnebres, os índios obrigavam os seus escravos a dançar, disparando sobre eles os arcos, enquanto as crianças os atingiam com lanças. Matavam-se escravos ao construir uma casa nova e ao escolher um chefe; o canibalismo era igualmente praticado. Estes massacres eram vestígios da época em que não se utilizava o trabalho dos prisioneiros de guerra. As incursões dos jovens índios tinham outro caráter: incendiando e demolindo os alojamentos dos escravos, aterrorizavam-nos (DIAKOV; KOVALEV, 1982, p. 71).

Em um de seus livros, Olivier Pétré-Grenouilleau aludiu a essa teoria de que, “[...] um dia, os canibais decidiram manter alguns prisioneiros a seu serviço, ao invés de devorá-los [e] foi assim que surgiram os primeiros escravos”. Para ele, tal explicação não passa de um mito, como sói acontecer com “[...] todos os grandes fenômenos da história” (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 13). Isso, contudo, está longe de significar que devemos considerar que se trata de algo inofensivamente arcaico e, com isso, negligenciar seus derivados cognitivos, ideológicos e políticos. Está implícita a essa perspectiva uma determinada concepção da natureza das sociedades que precisa ser questionada, mesmo que seja, no limite, para reconhecer que não há outra explicação melhor para as causas mais remotas da escravidão. Afinal, como ele observa logo a seguir,

[...] o canibalismo remete à imagem da barbárie, ao mundo de antes da humanidade. Fazer a invenção da

escravidão coincidir com os primeiros sinais de abrandamento do canibalismo é inseri-la nas próprias origens das sociedades humanas. É aceitar a idéia (ou querer que acreditemos) de que a escravidão está inevitavelmente ligada à vida em sociedade, de que esteve presente quase sempre e por toda a parte (PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, 2009, p. 13).

Em suma, devemos discutir seus pressupostos, sua coerência interna e sua capacidade de corresponder aos fenômenos empíricos. Nesta conexão, visando uma primeira aproximação a tais exigências teóricas e metodológicas, estuda-se, no que se segue, as teses do economista francês Maurice Lengellé, um dos defensores modernos de uma teoria da passagem do estado antropofágico para a escravidão<sup>1</sup>. Em um pequeno inciso sobre os principais elementos econômicos que, na sua opinião, caracterizam a condição escrava, publicado pela primeira vez em 1956, ele afirmou que,

[...] a servidão foi possível em uma fase já avançada da economia, a partir do momento em que os homens puderam ver a conveniência de não matar o vencido, de não eliminar-lhe como consumidor concorrente. A servidão substituiu a antropofagia, ao mesmo tempo em que a criação de gado substituiu a caça. O devedor insolvente, o inimigo em desgraça, o faminto, vinham unir-se ao rebanho do dono. Nele achavam os meios de produção necessários para sobreviver (LENGELLÉ, 1966a, p. 415).

Essa breve passagem resume algumas das questões centrais por ele desenvolvidas em seu livrinho de divulgação e em outras obras nas quais ele recorreu a um modelo biossociológico para explicar as origens da escravidão. Esse modelo parte de algumas especificações sobre consumo alimentar e sobre os traços organizacionais característicos das sociedades primitivas para determinar quais as condições apropriadas para a emergência de duas modalidades de escravidão: (a) a ‘simbiótica’, que seria vantajosa para senhores e escravos; (b) a que se utiliza do ‘homem-parelha’ e que se traduz na mais cruel exploração do trabalho do cativo pelo senhor. A primeira antecederia lógica e historicamente a segunda, que pode ser abarcada pela expressão ‘escravidão parasitária’.

<sup>1</sup>Não se acha muitos dados sobre a formação intelectual e a carreira de Maurice Lengellé. Na década de 1950, ele ocupou o posto de diretor do Instituto de Pesquisas da Economia Alimentar. Na década seguinte, atuou no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais de Paris. Sua especialidade naquela época eram os estudos do consumo e dos processos gerais de distribuição dos bens e serviços. Note-se que suas ideias interessam como expressões de uma determinada maneira de responder à pergunta que encabeça este artigo e não por sua eventual fama ou influência. De todo modo, vale ter em mente que, embora a primeira edição francesa de seu livro sobre a escravidão (na coleção *Que sais-je?*) remonte a 1955, ele continuou a ser publicado até, pelo menos, meados da década de 1970, com pouquíssimas alterações. Ademais, foi ele quem escreveu o principal verbete sobre o assunto na monumental *Encyclopaedia Universalis*, editada em Paris a partir de 1968.

### Antecedentes ilustres de um modelo explicativo

Escrever, em meados da década de 1950, que havia uma relação entre o abandono do canibalismo e a adoção da escravidão dos cativos de guerra não constituía nenhuma novidade. Muito pelo contrário. Diversos expoentes da antropologia e da sociologia do século XIX e das primeiras décadas do século XX não tinham a menor dúvida a esse respeito. Um deles foi o influente Herbert Spencer (1820-1903)<sup>2</sup>. Ele mencionara a escravidão como estágio que sucedia o canibalismo ao procurar fundamentar empiricamente sua teoria sobre a formação dos grupos militares e, mais amplamente, sobre os processos de crescente diferenciação que caracterizariam a evolução das sociedades. Em suas palavras,

[...] o crescimento tribal e desenvolvimento da chefia que dá origem à superioridade militar resulta a breve trecho num aumento da parte operativa, fruto da apreensão de cativos. Isto dá-se inicialmente duma forma pouco evidente. Enquanto se encontram em batalha, os homens são mortos e muitas vezes comidos, e os não combatentes são reduzidos à escravidão: os Patagônicos, por exemplo, fazem escravos das mulheres e crianças capturadas na guerra. Mais tarde, sobretudo quando deixa de existir canibalismo, verifica-se a escravização dos prisioneiros do sexo masculino; daqui resulta, nalguns casos, uma distinção nítida entre a parte operativa e a parte reguladora (SPENCER, 2004, p. 216)<sup>3</sup>.

O naturalista e sociólogo estadunidense Lester Frank Ward (1841-1913) esteve entre os principais elaboradores da ideia de que a substituição do canibalismo pela escravização dos prisioneiros de guerra foi um fenômeno geograficamente generalizado em uma etapa da evolução social. Para ele, tratou-se de uma atitude profundamente racional, que teve como um de seus efeitos mais significativos o aperfeiçoamento dos mecanismos de sustentação moral das sociedades (WARD, 1929). Sua doutrina foi construída a partir das extrapolações – feitas pelo precoce Spencer e, mais tarde, por Ludwig Gumplowicz (1838-1909) – das teses sobre a evolução expostas por Charles Darwin e outros cientistas naturais para a análise das sociedades humanas. Defensor de uma teoria sociológica da guerra entre raças que radicalizava as conclusões dos

assim denominados darwinistas sociais a respeito da sobrevivência dos indivíduos e grupos sociais mais aptos (ou, como preferiam, mais fortes), Gumplowicz (1905, 1944) deixou marcas indeléveis em certas correntes sociológicas nas várias Américas.

Lester Ward assumiu a cadeira de sociologia na Universidade Brown com mais de 60 anos, depois de trabalhar por quatro décadas como botânico e administrador em museus de História Natural. Ele estava decisivamente imerso no paradigma organicista, forma de pensamento bastante espalhada no final do século XIX (HAWTHORN, 1982). Para ele, como para os que lhe influenciaram, uma sociedade é um organismo que, ao longo da sua história, transita continuamente do simples para o complexo e cujas partes cumprem funções destinadas a mantê-lo vivo e capaz de se reproduzir. Neste sentido, as instituições – que correspondem às partes de um organismo – nascem para responder a ‘demandas sociais’, o que, “[...] de um ponto de vista científico, significa uma necessidade social” (WARD; DEALEY, 1910, item 104). Donde um corolário fundamental: devemos evitar os julgamentos anacrônicos, ou seja, a avaliação de determinados aspectos do passado ou de sociedades atuais (porém, diferentes dessa em que vivemos) de acordo com sentimentos ou conhecimentos recentes. No que se refere à escravidão, eles ponderaram, sua permanência pode ser um mal ‘para a vida e a saúde do organismo’ (social), mas, historicamente, ela ‘representou um avanço sobre a prática do extermínio e, mais ainda, do canibalismo’. Ela perdurou, inclusive na Europa, até pouco tempo atrás, mas o sentimento que a condena é recente. No presente (ou seja, final do século XIX e começo do século XX), a escravidão de ‘raças inferiores’ da África em ‘países civilizados’ é o que ainda sobra (WARD; DEALEY, 1910, item 104).

Em 1904, Ward associou-se ao cientista político e jornalista James Quayle Dealey (1861-1937) para escreverem um compêndio resumindo suas principais ideias sociológicas. Essa obra, de grande êxito editorial, foi, por muitos anos, um dos livros-textos mais importantes da disciplina naquele país e suas traduções para o espanhol e o francês influenciaram algumas das primeiras gerações de cientistas sociais treinados em universidades. Em diversas passagens, eles mencionaram o tema que nos interessa. Partindo da premissa de que ‘todo processo social que pode ser chamado de econômico tem sua origem na exploração’, eles afirmaram que, nos grupos sociais ‘inteiramente primitivos’, as pessoas agem como os animais: procuram comida e abrigo e consomem o que lhes aparece pela frente. Assim, nos estágios evolutivos iniciais, os grupos que

<sup>2</sup>Disse Robert Nisbet (1985, p. 243): “É impossível encontrar um nome mais respeitado e mais lido entre os filósofos sociais e cientistas – além de mais influente, em tantas esferas, que Herbert Spencer. Sua influência, no último quartel do século XIX, foi imensa nas ciências sociais, inclusive nos meios acadêmicos norte-americanos”.

<sup>3</sup>O filósofo britânico não deixou claro se as mulheres continuavam sendo comidas enquanto os homens eram reduzidos ao cativeiro. Caso assim fosse, teríamos uma convivência de estágios evolutivos, o que é sugerido, de fato, pelo exemplo evocado, os indígenas da Patagônia tal como concebidos pelos europeus de meados do século XIX.

se mostraram mais fortes e mais capazes de se adaptarem ao ambiente não demoraram a cogitar de se beneficiarem dos grupos mais fracos, entre outras coisas, matando-os e comendo-lhes a carne. Eis, então, a ‘forma mais simples de exploração’. Mais tarde, no decurso do processo evolutivo, os mais fracos foram transformados, via conquista e subjugação, em castas inferiores, e os dominantes em uma ‘classe ociosa’. Deste modo pode-se compreender “[...] a origem da escravidão, uma instituição econômica que é encontrada nos primeiros estágios de todas as raças históricas” (WARD; DEALEY, 1910, item 103).

Eles retomaram a ideia ao explanarem a ‘luta entre as raças’, baseados em Gumpłowicz e Gustav Ratzenhofer (1842-1904), expoentes do assim-denominado Darwinismo Social (ESPINA, 2005). Obrando com o conceito de adaptação, eles falam dos hábitos dos primitivos, da guerra e voltam ao tema do canibalismo, algo que caracterizaria a maioria dos ‘selvagens mais baixos’. O primeiro estágio na luta entre as raças leva a conquista de uma pela outra (a que detém melhores armas e maior habilidade militar). O resultado disso é, frequentemente, o extermínio dos vencidos. Ou seu consumo. Porém, “[...] em um estágio mais elevado, caça de cabeças, canibalismo e extermínio da raça conquistada foram gradualmente substituídos por diferentes formas de escravidão”. Daí formarem-se entre os grupos bem sucedidos “[...] raças predadoras ou militares”, para as quais as artes bélicas tornaram-se objetos de particular atenção (WARD; DEALEY, 1910, item 225). A passagem do canibalismo para a escravidão é analisada, uma vez mais, perto do fim do manual. Eles fazem um balanço das ‘realizações coletivas’ e dizem:

[...] o homem muito cedo tornou-se carnívoro (...) e o canibalismo é uma das fases através das quais ele passou em todos os lugares. A escravização do capturado, que gradualmente sucedeu e finalmente suplantou o canibalismo, foi uma questão de polidez e de cálculo racional de grande ganho. A exploração não diminui em nada a natureza feroz e predatória do homem (WARD; DEALEY, 1910, item 346).

Os exemplos de intelectuais que adotaram esse modelo explicativo das origens da escravidão poderiam ser multiplicados. Todavia, os acima mencionados bastam para que se perceba que todas essas explicações são basicamente conjecturais. Não se encontram dados documentados a partir de observações dessas passagens entre estágios tão drasticamente diferenciados. Estabeleceu-se como ponto especulativo de partida um estágio social e tecnológico imensamente primitivo, animalesco mesmo, no qual os indivíduos, guiados por seus

instintos de sobrevivência, consumiam o que lhes aparecia pela frente, inclusive outros indivíduos. Daí, sempre dedutivamente, entendeu-se que, melhorias no padrão alimentar – somadas à percepção utilitarista de que os vencidos serviriam mais vantajosamente aos vencedores se estivesse vivos – geraram as condições para o salto a um patamar evolutivo superior, inclusive em termos morais.

Tem-se, então, por suposto que, o estágio posterior às etapas primitivas, domínio do Estado, portanto, sob o controle de militares, sacerdotes e burocratas, asseguraria aos indivíduos e grupos melhores condições materiais de sobrevivência, ademais de proteção e conforto psíquico. Assim, uma vez postulado que a vida nas comunidades pré-históricas era miseravelmente horrenda, nada mais compreensível do que o seguinte corolário, expresso com toda clareza, no final da década de 1960, pelo sociólogo belga Henri Janne: apesar da justa condenação que lhe fazemos hoje em dia, a escravidão “[...] como instituição, constituía um progresso considerável com respeito ao período anterior em que os vencidos eram sacrificados ou, inclusive, comidos” (apud HARROY, 1973, p. 100). Passagens como essa mostram que, não faz muito tempo, ainda estava bem assentada e amplamente aceita uma visão das sociedades primitivas – cristalizada por conceitos científicos no século XIX – segundo a qual existiu na infância da Humanidade um estágio de canibalismo generalizado superado conforme a pecuária, a agricultura e a escravidão se disseminaram. É esse o substrato presumidamente factual, mas efetivamente conjectural, do modelo que analiso a seguir<sup>4</sup>.

#### **Penúria e divisão do trabalho entre os caçadores/coletores:**

Várias ideias a respeito dos povos pré-históricos orientaram as formulações de Maurice Lengellé. Eram noções espalhadas pela bibliografia erudita ou de divulgação que, até meados da década de 1960, gozaram de ampla aceitação. Uma delas é a de que os grupos de caçadores/coletores viviam em condições

<sup>4</sup>Não cabe entrar aqui na controvertida temática da disseminação generalizada da antropofagia nas sociedades primitivas. Um antropólogo muito conhecido definiu-a como uma “[...] prática de comer carne humana, às vezes como um artigo alimentício ordinário, porém, mais comumente, a fim de vingar-se de um inimigo, assimilar as qualidades espirituais da vítima ou cumprir um requisito religioso ou cerimonial” (MURDOCK, 1949, p. 30). Outro, porém, afirmou que tudo isso é um exagero, pois práticas antropofágicas nunca foram regulares em qualquer sociedade. Para ele, “[...] as evidências de tais costumes soem basear-se em mal entendidos culturais ou em relatos de segunda mão que se repetem com tanta frequência que chegam a se converter em dogma generalizado”. Não haveria porque negar os atos canibais ocasionais, contudo, considerando que as sociedades condenam essas práticas, “[...] é um sério erro sugerir que uma sociedade determinada é ou foi ‘canibal’ no habitual sentido do termo” (ARENS, 2007, p. 98). Já um terceiro antropólogo não só admitiu a presença da antropofagia em diversas sociedades até um passado relativamente recente, como também construiu elaboradas teorias a seu respeito (HARRIS, 1998). De todo modo, seja qual for o partido que se tome, ele não afeta substancialmente a discussão proposta.

de frequente escassez e ameaça de desagregação, determinados que eram pelas variações do meio-ambiente natural. Daí uma elevada taxa de mortalidade e, em consequência, uma baixa expectativa de vida, que chegaria, quando muito, aos 40 anos. De acordo com um arqueólogo que publicou seu livro, em 1952, na mesma coleção de divulgação científica que acolheu Lengellé,

[...] essa curta duração da vida humana é a consequência fatal da precariedade das condições de existência das populações paleolíticas, dependendo unicamente da caça da coleta. Antes do conhecimento da agricultura e da domesticação dos animais, era quase impossível acumular reservas alimentícias indispensáveis e a vida do caçador ficava exposta a muitos perigos e terríveis privações (LANTIER, 1958, p. 164).

Essa perspectiva encontrou uma forte expressão gráfica nas palavras do biólogo Henri Prat, segundo as quais, na época dos homens de Neandertal, que não chegavam a 1 milhão de indivíduos,

[...] o seu modo de exploração dos recursos naturais oferecia um rendimento tão baixo que, paradoxalmente, com esta ínfima população, o planeta já estava superpovoado (apud CEPÈDE; GOUNELLE, 1973, p. 69).

Em 1967, outro biólogo afirmou na mesma direção, que

[...] o homem vem existindo com as características biológicas atuais desde quicá um milhão de anos e durante todo esse tempo (exceto durante um último período, que compreende 1 por cento do total) o número de pessoas não passava de uns poucos milhões, o que quer dizer que o tamanho da população humana era comparável, por exemplo, ao da de leões existentes. Sabemos que isto é assim pelas estimativas das densidades de população que se obtiveram em povos que viviam ainda em uma cultura correspondente à da idade da pedra quando foram observados e estudados pelos europeus (REVELLE, 1975, p. 281).

Acreditava-se, em suma, que quanto mais primitiva fosse uma sociedade, quanto mais incapaz de promover alterações favoráveis no meio ambiente pela falta de tecnologia apropriada, mais próxima da penúria ela se encontrava e, portanto, mais impossibilitada de ver sua população crescer. Em meados da década de 1950, os autores de um manual norte-americano de ciências biológicas escreveram que,

[...] antes da descoberta da produção dos alimentos, o número de homens existente permaneceu sempre em equilíbrio estreito com o dos organismos alimentares espontâneos e nunca foi muito grande. (ROGERS et al., 1963, p. 731).

Segundo eles, “[...] nos tempos paleolíticos não teria havido mais de 7 milhões de pessoas em todo o mundo” (ROGERS et al., 1963, p. 731). Já para Roger Revelle (1975, p. 281), no período paleolítico, as taxas médias de natalidade e de mortalidade da população do mundo “[...] devem ter sido em termos médios quase iguais e provavelmente estavam compreendidas entre uns 40 e uns 60 por mil ao ano”. Ele avaliava que a taxa de crescimento demográfico planetário

[...] considerada durante qualquer milênio, não pode ter sido maior do que 0,05 por mil ao ano, o que quer dizer que a população se multiplicava por dois a cada 20.000 anos ou mais (REVELLE, 1975, p. 281).

No começo da década de 1970, Marshall Sahlins atacou virulentamente essa perspectiva. Ele alegou que as pesquisas arqueológicas, antropológicas e históricas realizadas ao longo do século XX produziram dados suficientes para se demonstrar que as sociedades da Idade da Pedra não viviam na penúria. Considerando seu tamanho e a baixa demanda de recursos naturais, elas viviam em relativa e, em alguns casos, absoluta abundância. Para ele, ao afirmarem que as sociedades primitivas eram miseráveis, os intelectuais estão mais a defender convicções ideológicas a respeito da superioridade do mundo capitalista do que a emitir avaliações judiciosas sobre o passado da Humanidade (SAHLINS, 1978). Essas ideias empolgaram muitos pesquisadores, mas também foram duramente acusadas de serem uma visão romântica das sociedades primitivas e tão ideológicas quanto as que elas repudiavam (KAPLAN, 2007). Em que pesassem esses senões, essa intervenção foi decisiva para chamar a atenção para certos pressupostos pouco demonstrados, mas disseminados amplamente pelos compêndios de Antropologia, Pré-História e História Antiga, que reproduziam acriticamente alguns clichês herdados do século XIX. Por mais exageradas ou mesmo equivocadas que possam ter sido, a partir das proposições de Marshall Sahlins não foi mais possível deixar de interrogar os valores que organizavam, às vezes sorratamente, os modelos de explicação do funcionamento das sociedades arcaicas no passado e no presente.

Maurice Lengellé, porém, desconhecia esse tipo de interrogação. Baseado na autoridade de uma bibliografia abundante, ele postulou que as sociedades paleolíticas viviam boa parte do tempo perto do limiar da indigência. Ele e Michel Cépède observaram que, em uma economia de coleta, o homem, animal parasita, “[...] multiplicar-se-á tanto quanto lho permita a disponibilidade de alimentos”

(CÉPÈDE; LENGELLÉ, 1972, p. 13). Porém, terá seu crescimento travado no momento em que o dispêndio de energia para obter alimentos for igual ou maior do que a energia obtida com o que consumiu. Adotando uma formulação de Vito Volterra, eles afirmaram:

[...] se a população do parasita aumenta ao ponto de se tornar perigosa para a espécie parasitada, é travada pela falta de alimentos. Pelo contrário, se a população do parasita diminui por uma razão qualquer, a população parasitada aumenta: a abundância de comida será tal que, se surgirem condições não muito desfavoráveis, a espécie parasita multiplicar-se-á ao ponto de limitar a população da espécie parasitada. Quando as variações não ultrapassarem certos limites, haverá uma limitação automática rigorosa das duas populações uma pela outra: oscilações à volta de um ponto médio com uma amplitude limitada (CÉPÈDE; LENGELLÉ, 1972, p. 13).

Ocorre que os seres humanos tem elevado potencial de mobilidade, o que torna mais complexo o modelo. Eles podem migrar para outros ambientes parasitáveis, nos quais poderão ‘efetivamente manter-se à custa de espécies de substituição’. Todavia, no estágio da coleta,

[...] a atividade do homem não é produtiva, mas destrutiva. A produtividade do trabalho é negativa. Necessitar-se-á de cada vez mais trabalho humano para assegurar uma alimentação cada vez menos satisfatória para a mesma população. Com efeito, tudo permite pensar que as espécies mais procuradas serão as primeiras a ser destruídas. Não haverá mais alimentação de escolha para toda a gente. Instalar-se-á o fenômeno de segregação alimentar (CÉPÈDE; LENGELLÉ, 1972, p. 14).

De tal situação decorre, de imediato, o aumento da mortalidade entre os ‘grupos vulneráveis da população’, ou seja, aqueles que não podem se deslocar para longas distâncias em busca de suprimentos. Ademais, entre os que podem caçar, colher e pescar a tendência será ver seu regime alimentar ‘tornar-se mais monótono e menos equilibrado’. Ao fazerem excursões para ambientes cada vez mais longínquos, os caçadores e os pescadores nem sempre poderão fornecer víveres com regularidade e diversidade para os que ficam na aldeia ou no acampamento (CÉPÈDE; LENGELLÉ, 1972, p. 15). A economia de coleta é ‘desapiedada’. Na época da penúria tudo pode ocorrer.

O menos exposto será o caçador, quer dizer, o homem adulto que irá mais longe, se absterá de transportar o fruto de sua caça até a cabana familiar e se salvará graças a uma orgia. Pelo contrário, a mais exposta será a criança, entre o desmame e a idade em

que chega a ser capaz de prover por si mesmo sua alimentação (LENGELLÉ, 1966b, p. 795).

Os homens gastarão muita energia nessas jornadas e, no fim, tal como os demais membros da família, “[...] sofrerão de uma insuficiência de alimentos de base e principalmente de vitaminas de origem vegetal” (CÉPÈDE; LENGELLÉ, 1972, p. 15). Em suma,

[...] se o indivíduo não efetua nenhum trabalho, só necessita da ração de mantimento. Mas, como a cada quantidade de trabalho dispendido corresponde uma quantidade de produtos recolhidos que tende a diminuir, haverá, em cada meio, um ponto de equilíbrio entre os volumes das necessidades e da colheita que depende da riqueza da produção natural e da população (CÉPÈDE; LENGELLÉ, 1972, p. 15).

Eles especulam, então, que a manutenção do ponto médio de Volterra é um dos segredos da economia de coleta paleolítica: “[...] é possível que a limitação da colheita pela limitação do esforço eficaz impeça rapidamente uma destruição completa do meio” (CÉPÈDE; LENGELLÉ, 1972, p. 16). Ou, noutra redação, que reconduz ao tema deste estudo,

[...] existe um ponto marginal de equilíbrio, que se fixa em um nível mínimo de trabalho por cabeça, com a cobertura mínima das necessidades essenciais não compreendidas nos recursos naturais. Se os coletores trabalhassem mais, os esforços empregados arrastariam novas necessidades. E as quantidades suplementares de subsistência não conseguiriam cobrir essas novas necessidades. [...] Os membros de um povoado primitivo que vivem da coleta têm, pois, interesse em não serem demasiado numerosos (LENGELLÉ, 1971, p. 70).

Carência de alimentos não rimava com uso de cativos. E nem rimavam as contínuas mudanças em busca de ambientes mais favoráveis. Por isso, nas economias primitivas de coleta ele era, quando muito, residual. Tal conclusão, mais uma vez, emerge de uma equação de equilíbrio: “[...] a vantagem da escravidão é [...] diminuir o nível de vida dos outros homens para aumentar o seu”. Ora, numa economia de baixos recursos, “[...] a desigualdade de condições é irrealizável. A escravidão não tem razão de ser” (LENGELLÉ, 1971, p. 70). Nesse estágio parasitário no qual estão permanentemente ameaçados de inanição, os seres humanos não têm muitas opções e as incursões guerreiras são basicamente motivadas pela disputa por alimentos (LENGELLÉ, 1966b). Disso resultam possibilidades que são tratadas de maneiras diferentes em obras diferentes. Em seu livro sobre a escravidão, ele afirma explicitamente: “[...] a lógica do sistema da economia coletora quer que o vencido

seja comida. Evitado esse fato, só poderá ser adotado como um irmão por seus adversários” (LENGELLÉ, 1971, p. 71). Já no trabalho com Michel Cépède há maior matização:

[...] é raro (...) que a operação de banditismo tenha diretamente por objetivo, mesmo nas regiões onde se pratica a antropofagia, o consumo de carne humana. Muito mais frequentemente trata-se de se apoderar do que o Homem acumulou para a sua própria sobrevivência. As relações entre as duas populações ficam neste caso ainda determinadas pelas leis do parasitismo (CEPÈDE; LENGELLÉ, 1972, p. 16).

De todo modo, ‘o estrangeiro é um rival: não pode servir de auxiliar’. As guerras eram feitas para capturar comida e para expulsar os rivais de espaços dotados de recursos de subsistência. Permitir a sobrevivência do vencido é gerar possibilidades de desequilíbrio no ponto de Volterra. “O inimigo capturado deve ser morto se não se quer que subsista à expensas da coletividade. Seu único aproveitamento racional é alimentício” (LENGELLÉ, 1971, p. 72). Em última instância, é a fome que motiva a guerra.

Outra pressuposição do pesquisador francês, igualmente esparramada até bem recentemente, dizia respeito à divisão sexual do trabalho. Nas décadas de 1950 e 1960, ainda se podia achar antropólogos e historiadores para quem, em algum lugar do passado, a humanidade conheceu um estágio de organização social e política no qual teria predominado o ‘matriarcado’ (p. ex., REED, 1980). Lengellé não só compartilhava dessa convicção como tinha uma teoria a esse respeito. Segundo ele, nas sociedades de caçadores/coletores, conforme os recursos nas proximidades escasseavam, os homens adultos, a quem cabiam as responsabilidades da caça e da guerra, eram obrigados a passar um tempo cada vez maior longe de suas famílias. Mulheres, crianças e idosos realizavam atividades dentro ou nas redondezas do acampamento. Nessas condições,

[...] a mulher constitui o único elemento fixo do local. É ela que cumpre o papel de cabeça da família. A economia coletora está marcada pelo matriarcado. O trabalhador servil não teria lugar nesse sistema social (LENGELLÉ, 1971, p. 71).

Porém, em um estágio posterior, quando a agricultura e a pecuária se desenvolveram, “[...] da riqueza podia nascer a utilização do trabalho alheio, a desigualdade das condições” (LENGELLÉ, 1971, p. 72). Assim, deixando de estar em permanente deslocamento,

[...] o homem ocupou o primeiro posto no local. Voltando à aglomeração principal, possuindo os animais para domesticar, sua nova importância

causou o desuso do matriarcado. O novo chefe assegurou para si as forças de trabalho com mulheres concubinas e com homens escravos considerados como elementos de produção. As primeiras aplicações do gênio inventivo do homem e a derrota social da mulher são os pontos de referência que fixam no tempo a aparição da instituição [escravocrata] (LENGELLÉ, 1971, p. 73).

Não é preciso muito esforço para adivinhar o que passava pela cabeça do economista no tocante à questão da subordinação patriarcal das mulheres e dos escravos. A época do matriarcado seria, também, a época de predominância da maternidade como mola mestra das sensibilidades. Lengellé parecia crer que mães não escravizam, mas se apiedam dos vencidos; que mulheres, crianças e velhos são frágeis demais para forçar alguém a servi-los na aldeia enquanto os homens adultos estão em busca de alimentos. Essa perspectiva é encontrada facilmente na literatura antropológica. Ela presume que as mulheres são permanentemente frágeis. E também presume que o esforço doméstico é menor que o esforço fora de casa ou, no caso, fora do acampamento. Embora discordassem da associação mecânica entre economia de coleta e ausência de escravidão, pois achavam que “[...] um escravo fornecia mais energia do que a requerida para a sua manutenção” (PIMENTEL; PIMENTEL, 1990, p. 84), os biólogos David e Marcia Pimentel observaram, nessa linha de raciocínio, que

[...] a criação de gado era, sem dúvida, mais eficiente e segura do que a caça, visto reduzir grandemente o tempo e a energia que o homem tinha que dispender para perseguir os animais selvagens. Além disso, o trabalho exigido pela criação era facilmente executado por mulheres e crianças, libertando assim os homens para outras tarefas necessárias à sobrevivência da comunidade (PIMENTEL; PIMENTEL, 1990, p. 89).

Noutras palavras, os homens adultos estão destinados ao trabalho fora de casa, por isso, o desenvolvimento da pecuária é um meio de libertá-los do fardo que, pelo que sugerem esses autores, cabe naturalmente às mulheres e às crianças, auxiliadas pelos bichos que elas criam:

[...] os animais domésticos encarregam-se de uma grande parte da colheita e deslocam-se por si próprios. A vigilância do rebanho e a sua proteção necessitam quase sempre de menos esforços do que a caça de um bando selvagem (CEPÈDE; LENGELLÉ, 1972, p. 22).

Estranhamente, nossos pesquisadores não parecem cogitar do custo elevado da defesa do rebanho contra grupos de caçadores/coletores que,

não tendo nenhuma obrigação de diferenciar o gado domesticado do gado em estado selvagem, veem ambos como dons fornecidos pelo ambiente. Em contrapartida, eles acentuam o quanto uma economia pastoril tem de potencial destrutivo dos recursos naturais. Ela exige água em abundância, especialmente quando se trata de bovinos ou equinos, o que pode continuar forçando a contínuos deslocamentos dos agrupamentos sociais (CEPÈDE; LENGELLÉ, 1972, p. 22-24).

### As determinações biossociológicas do surgimento da escravidão

Uma das certezas melhor assentadas entre os antropólogos e os pré-historiadores é a de que o domínio das técnicas de domesticação de animais e de pastoreio constituiu-se em um aporte tecnológico de extraordinários efeitos evolutivos (BARRAU, 1989). Menos clara e menos aceita (e, também, menos discutida) é a perturbadora ideia de que, ao aprenderem a controlar os animais e a gerenciar sua reprodução, certos homens aprenderam, igualmente, a controlar e a governar a reprodução dos seus semelhantes. Noutras palavras, a possibilidade de que o desenvolvimento da tecnologia de pastoreio seja concomitante ao desenvolvimento da capacidade de domesticar pessoas ou de que esta seja uma das potencialidades inscritas naquela. Como disse um escritor de nossos dias, “[...] o homem já aprendera a domesticar animais. Agora descobria que podia fazer o mesmo com seu semelhante – assim como fazia com os bovinos, os carneiros e os cães” (MELTZER, 2004, p. 15). Escreveram Maurice Lengellé e seu parceiro, o agrônomo católico socialista Michel Cepède:

Do mesmo modo que a pilhagem pode analisar-se como uma forma de economia de colheita, um sistema econômico no qual um grupo humano explora um outro grupo que se encarrega da colheita no sentido mais lato, até da produção agrícola, constitui uma forma particular de economia pastoril. O grupo dominante assegura muitas vezes a proteção do grupo dominado, por vezes mesmo a administração do conjunto da coletividade, em troca de uma tributação antecipada sobre a produção recolhida ou obtida pelo grupo dominado (CEPÈDE; LENGELLÉ, 1972, p. 24).

Eles diferenciam duas formas nestas interações. As hierárquicas, “[...] por exemplo, de senhores e escravos”, e as que “[...] podem ser aparentemente de troca de bens e de serviços”. E aduzem que, “[...] as mais frequentes estabelecem-se entre povos pastores dominantes e povos agrícolas dominados” (CEPÈDE; LENGELLÉ, 1972, p. 24). Essas relações são logo permeadas por segregações alimentares,

particularmente em benefício de grupos especializados em funções de defesa e em práticas religiosas.

Segundo Maurice Lengellé, devem-se distinguir duas formas originárias de escravidão: a que se constitui como uma ‘simbiose’ entre um amo e seu escravo (‘escravidão simbiótica’) e a que faz deste último uma ‘espécie de gado’ (*cheptel*), condição que os tradutores espanhóis denominaram de ‘homem parilha’ (*hombre aparcería*). A primeira nasce de uma dependência mútua. Ela é uma “[...] atenuação das desgraças de cativos, devedores e famintos [...]”, ou, ainda, o “[...] refúgio dos seres ameaçados de morte” (LENGELLÉ, 1966a, p. 415; 1971, p. 13). Em circunstâncias de carência alimentar e falta de proteção, pode ocorrer uma ‘escravidão moderada’. Citando Fustel de Coulanges, nosso autor fala da “[...] necessidade recíproca que tem o pobre do rico e o rico do pobre” (LENGELLÉ, 1971, p. 13). No tocante ao escravo,

[...] seus laços de cativo decorriam do agradecimento que tributava ao amo desde o dia em que, faminto e perseguido, recusado por seus semelhantes, fora chamar à sua porta (LENGELLÉ, 1971, p. 13).

Esse modelo de relacionamento não se fundava na violência. Neste sentido, ele concluiu, “[...] uma servidão tão moderada tinha uma base exclusivamente patriarcal” (LENGELLÉ, 1971, p. 13).

Para determinar os elementos constitutivos da ‘escravidão simbiótica’, o economista francês mobilizou uma diversidade de fontes. Evocou Ulisses, que ao retornar a Ítaca, chamou seus escravos de companheiros e devotou-lhes um apreço paternal; mencionou o modo como Cícero, “[...] profundamente impregnado da moral estoica”, observou que os deveres do servo “[...] estão compensados por certos direitos [...]”; deteve-se na relação que Robinson Crusó estabeleceu com Sexta-Feira após salvá-lo dos canibais: “[...] o antigo negreiro, por uma vez, exercerá a escravidão moderada” (LENGELLÉ, 1971, p. 14). Essa documentação extravagante serve tão somente para fincar o conceito em um chão de plausibilidade. Não cabe falar de demonstração, mas de um arrazoado de alegações destinadas a dar forma argumentativa à sua ideia central: numa certa fase da evolução social, senhores e escravos saíram ganhando, uma vez que,

[...] o sistema resulta eminentemente útil, pois o servidor escapa da morte e o dono adquire um trabalhador cujo consumo reduzido lhe permite melhorar o seu (LENGELLÉ, 1966a, p. 415).

Cabe, então, perguntar: como falar em ganhos de cada um de tal modo que não pareça que se está

extemporaneamente defendendo as virtudes do escravismo? É neste momento que a noção de 'simbiose' cumpre seu papel, estabelecendo um parâmetro ideal de relacionamento entre seres que somente podem existir em função uns dos outros. Segundo uma definição dicionarizada, pode-se compreender o termo 'simbiose' de duas maneiras:

(1) associação íntima e geralmente obrigatória de dois organismos de espécies diferentes que vivem juntos sem que necessariamente tenha que existir um benefício mútuo; (2) geralmente se utiliza exclusivamente para uma associação da qual ambos os indivíduos se beneficiam, o que se denomina mais adequadamente mutualismo (LAWRENCE, 2003, p. 576).

Parece claro que Maurice Lengellé estava trabalhando com a segunda acepção, que também poderia ser caracterizada como uma

[...] associação duradoura, se não constante, e frequentemente com benefícios recíprocos, entre duas espécies rigorosamente determinadas e com necessidades complementares (THINÈS; LEMPEREUR, 1978, p. 828).

Não há indicações explícitas no texto para se chegar a uma conclusão a respeito da preferência pela noção de 'simbiose' ao invés da de 'mutualismo'<sup>5</sup>. Seja como for, esses conceitos sugerem que, para ele, longe de estar fundada na expropriação da liberdade e na exploração do trabalho, essa primeira forma de escravidão teria por base os cabedais de cada um dos participantes nas interações sociais. Ademais, para reforçar sua tese, ele aduziu que a percepção dessa dupla vantagem não seria nada recente. Os pensadores cristãos antigos e medievais que admitiam a escravidão consideravam-na “[...] um verdadeiro sistema de simbiose, útil para ambas as partes” (LENGELLÉ, 1966a, p. 415).

A segunda via de nascimento da escravidão é aquela que gesta o 'homem gado'. Ela engendra uma escravidão 'parasitária'. Lengellé presume que, em um passado distante, quando as sociedades de

caçadores/coletores transitaram para uma economia pastoril e agrícola, deram-se as condições para o nascimento da escravidão. Naquele processo, como em outros anteriores e posteriores, a principal variável reguladora foi o consumo alimentar, noção fundamental para seu modelo de análise. Note-se que, em um livro de 1954, ele e Michel Cepède cobraram dos economistas e sociólogos que dessem maior atenção a esse fenômeno: “[...] a procura dos alimentos constitui um dos problemas permanentes e fundamentais da Economia” (CEPÈDE; LENGELLÉ, 1972, p. 7). Por isso, eles pleitearam a incorporação por essa área dos conhecimentos fornecidos pela ciência da nutrição. Naquela época, já era notável em vários ambientes de pesquisadores o impacto causado pelos estudos sobre a fome do médico e geógrafo brasileiro Josué de Castro (CEPÈDE; LENGELLÉ, 1956).

A lógica que organiza as alegações acima resumidas não permite que se deduzam automaticamente as condições objetivas que podem favorecer o fim da escravidão. Essa é uma curiosa, mas previsível, lacuna no modelo biossociológico de Maurice Lengellé. Na realidade, ele não parecia muito preocupado com isso, já que não apresentou em nenhum dos seus estudos uma explicação da mesma natureza para a questão. Porém, pode-se concluir a partir de alguns de seus comentários que a escravidão não termina por razões ontologicamente similares às razões que a produzem. Sua continuidade – nas Américas, por exemplo – já não se dá por quaisquer causas biológicas, mas tão-somente pelo vigor da cupidez humana. Ao mencionar o fim da escravidão moderna em seu tratado, ele indicou os motivos que, a seu ver, “[...] iam converter novamente em caduca a instituição escravista”. Um deles era a incompatibilidade moral desse 'crime de lesa humanidade' com os valores do Mundo Contemporâneo. Já não é aceitável “[...] tratar a pessoa de nosso semelhante como um meio e não como um fim”. Tampouco o é “[...] negar-lhe todo respeito”. Um segundo motivo, igualmente relacionado ao universo dos valores, advinha do fato de que, ademais de sua “[...] consequência fatal de degradar a humanidade”, ela “[...] favorece a preguiça, o orgulho e todos os vícios” (LENGELLÉ, 1971, p. 93).

Havia, ainda, uma terceira razão, que ele colheu em uma passagem de seu amigo Michel Cepède. No plano econômico,

[...] o desenvolvimento das empresas exige um aumento da mão de obra que a escravidão já não pode proporcionar. O capitalismo estrangeiro recorrerá, salvo exceções, ao assalariado (apud LENGELLÉ, 1971, p. 93).

<sup>5</sup>O emprego de uma terminologia biológica extraída de um vocabulário disciplinar bem diferente daquele que passou a predominar nas ciências humanas a partir de meados do século XX gera automaticamente uma interrogação sobre estatuto epistemológico desses termos. Numa pergunta: ao se falar em simbiose se está indicando um fenômeno social empírico semelhante aos processos que ocorrem entre os demais seres vivos ou se está apenas fazendo uso de uma 'metáfora' ou uma simples 'analogia' com fins didáticos? Desde a época de Spencer, essa é uma questão controversa. No caso de Maurice Lengellé, parece fora de questão que ele acredite que as condutas humanas, ao menos nas sociedades primitivas, são em boa medida governadas pelas mesmas regras sociobiológicas que operam sobre os demais mamíferos. Vale notar a grande incidência de termos extraídos das Ciências Naturais no vocabulário de economistas e sociólogos franceses (mas não apenas dessa nacionalidade, por suposto) entre as décadas de 1950 e 1960. Um léxico da época, por exemplo, definiu a expressão 'simbiose social' como se fosse uma noção corriqueira entre os cientistas sociais. Ela “[...] consiste no fenômeno pelo qual dois organismos diferentes prestam apoio mútuo, através de uma vida em comum. Pode mesmo acontecer que dois seres vivos estejam associados ao ponto de constituírem uma mesma vida orgânica” (BIROU, 1973, p. 371).

Nesta conexão, ele aduziu, nos Estados Unidos durante o século XIX, “[...] o abolicionismo se achava, certamente, na tradição cristã mais saudável” (LENGELLÉ, 1971, p. 94). Contudo, não se pode fechar os olhos diante do fato de que,

“[...] seus promotores estavam inspirados, não por sentimentos de justiça e de caridade, mas pelo desejo de substituir o modo de exploração dos seus adversários pelo seu. [...] Varrão e Adam Smith lhes teriam podido inspirar melhor do que o Evangelho” (LENGELLÉ, 1971, p. 94).

Como se pode notar, nada mais distante de um modelo formal da mesma natureza daquele que foi acionado para explicar o surgimento da condição escrava. E isso é algo que nos permite recuperar uma das questões antes evocadas: o economista em tela compartilhava da crença muito disseminada de que as sociedades primitivas – aquelas que conheceram a passagem do canibalismo à escravidão simbiótica e dessa para a escravidão parasitária – tinham seus padrões de comportamento e suas mentalidades coletivas fortemente condicionadas pelos fatores mesológicos e por uma espécie de incompletude do processo de hominização. Daí serem explicáveis por um esquema biossociológico que já não seria aplicável aos humanos modernos, ou seja, a pessoas dotadas de padrões morais civilizados e capazes de compreender e superar os constrangimentos naturais.

### Considerações finais

Entre as décadas de 1950 e 1970, divulgaram-se diversas propostas de articulação teórica entre ramos da Biologia e das Ciências Sociais. Algumas delas pouco acrescentavam ao que, em seus dias, disseram Spencer, Walter Bagehot, Gumpłowicz e tantos outros. Outras bebiam as águas da Etologia, disciplina ainda em formação naquele tempo e, portanto, sujeita a interpretações com frequência bastante simplificadoras e mesmo errôneas. Uma dessas propostas foi a ‘polemologia’ de Gaston Bouthoul (1964; 1971), que pretendia encontrar parte dos fundamentos de uma ciência da guerra numa Biologia Social. Não há como evitar a tentação de associar tudo isso ao que, da década de 1970 para cá, denominou-se, nem sempre com clareza e justeza crítica, de Sociobiologia. Muito antes de sua voga midiática e dos impropérios que foram cometidos em seu nome, já havia quem fizesse largo emprego de hipóteses sociobiológicas para explicar condutas humanas. A teoria defendida por Maurice Lengellé é um bom exemplo disso.

### Referências

- ARENS, W. Canibalismo. In: BARFIELD, T. (Ed.). **Dicionário de Antropología**. México: Siglo XXI, 2007. p. 97-98.
- BARRAU, J. **Domesticação**. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. v. 16, p. 240-263.
- BERNARDI, B. **Introdução aos estudos etno-antropológicos**. Lisboa: Edições 70, 1978.
- BIROU, A. **Dicionário das ciências sociais**. Lisboa: Dom Quixote, 1973.
- BOUTHOU, G. **A guerra**. São Paulo: Difel, 1964.
- BOUTHOU, G. **Biología social**. Barcelona: Oikos-Tau, 1971.
- CÉPÈDE, M.; LENGELLÉ, M. **A economia da alimentação**. Lisboa: Itau, 1972.
- CÉPÈDE, M.; LENGELLÉ, M. **La economia mundial de la alimentacion**. Barcelona: Salvat, 1956.
- CÉPÈDE, M.; GOUNELLE, H. **A fome**. Lisboa: Itau, 1973.
- DIAKOV, V.; KOVALEV, S. **A sociedade primitiva**. São Paulo: Global, 1982.
- DRESCHER, S. Escravidão. In: CANTO-SPERBER, M. (Org.). **Dicionário de ética e filosofia moral**. São Leopoldo: Unisinos, 2003. v. 1, p. 555-560.
- ESPASA-CALPE. **Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana**. Madrid/Barcelona: Espasa-Calpe, 1958. Tomo 20.
- ESPINA, A. El Darwinismo social de Spencer a Bagehot. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 110, p. 175-187, 2005.
- GUMPLOWICZ, L. **Compendio de sociología**. Madrid: La España Moderna, 1905.
- GUMPLOWICZ, L. **La lucha de razas**. Buenos Aires: Editorial Faz, 1944.
- HARRIS, M. **Introducción a la antropología general**. Madrid: Alianza, 1998.
- HARROY, J. P. **La economía de los pueblos sin maquinismo**. Madrid: Guadarrama, 1973.
- HAWTHORN, G. **Iluminismo e desespero: uma história da sociologia**. Rio: Paz e Terra, 1982.
- KAPLAN, D. Sociedad opulenta original. In: BARFIELD, T. (Ed.). **Dicionário de antropología**. México: Siglo XXI, 2007. p. 484-485.
- LANTIER, R. **A vida pré-histórica**. São Paulo: Difel, 1958.
- LAWRENCE, E. **Diccionario akal de términos biológicos**. Madrid: Akal, 2003.
- LENGELLÉ, M. **La esclavitud**. Barcelona: Oikos-Tau, 1971.
- LENGELLÉ, M. Esclavitud. In: ROMEUF, J. (Dir.). **Diccionario de ciencias económicas**. Barcelona: Labor, 1966a. p. 415-416.
- LENGELLÉ, M. Recolección, economía de. In: ROMEUF, J. (Dir.). **Diccionario de ciencias económicas**. Barcelona: Labor, 1966b. p. 794-797.

- MELTZER, M. **História ilustrada da escravidão**. Rio: Ediouro, 2004.
- MURDOCK, G. P. Canibalismo. In: FAIRCHILD, H. P. (Ed.). **Diccionario de Sociología**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1949. p. 30.
- NISBET, R. **História da ideia de progresso**. Brasília: EdUNB, 1985.
- PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, O. **A história da Escravidão**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- PIMENTEL, D.; PIMENTEL, M. **Alimentação, energia e sociedade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- REED, E. **La evolución de la mujer**. Barcelona: Fontamara, 1980.
- REVELLE, R. El problema de la población. In: HOSTE, R. (Comp.). **Panorama de la biología contemporánea**. Madrid: Alianza, 1975. p. 280-299.
- ROGERS, J. S.; HUBBELL, T. H.; BYERS, C. F. **O homem e o mundo biológico**. Lisboa: Europa-América, 1963.
- SAHLINS, M. A primeira sociedade da afluência. In: CARVALHO, E. A. (Org.). **Antropologia econômica**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. p. 7-44.
- SPENCER, H. Estruturas sociais. In: CRUZ, M. B. (Org.). **Teorias sociológicas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. v. 1, p. 215-226.
- THINÈS, G.; LEMPEREUR, A. **Diccionario general de ciencias humanas**. Madrid: Catedra, 1978.
- VALERI, R. Fome. In: ROMANO, R. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. v. 16, p. 169-190.
- WARD, L. F. **Compendio de sociología**. Madrid: Francisco Beltran, 1929.
- WARD, L. F.; DEALEY, J. Q. **Manual de sociología**. Madrid: F. Grenada e Cia., 1910.

*Received on May 20, 2013.*

*Accepted on August 21, 2013.*

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.